

**Monize Sâmara Visentini**

Universidade Federal da Fronteira Sul

(Chapecó, SC, Brasil)

monize.visentini@uffs.edu.br.

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-6233-6106>

**Ari Söthe**

Universidade Federal da Fronteira Sul

(Chapecó, SC, Brasil)

ari.sothe@uffs.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1115-637X>

**Liara Laís Scheid**

Universidade Federal da Fronteira Sul

(Chapecó, SC, Brasil)

liarascheid@yahoo.com.br

ORCID : <https://orcid.org/0000-0003-3420-5795>

**Vanessa Unfried Fenner**

Universidade Federal da Fronteira Sul.

(Chapecó, SC, Brasil)

va.fenner@hotmail.com.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4877-9407>

Transparência na Gestão Pública: Evidências da Produção Científica Nacional e Agenda de Pesquisa

Transparency in Public Management: Evidence from National Scientific Production and Research Agenda

RESUMO

Este artigo se propõe a avaliar a produção científica nacional acerca da transparência na gestão pública, tendo como marco balizador a publicação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), abarcando 19 anos (2000-2018) de produção acadêmica. Fez-se a revisão de 63 estudos, encontrados nas bases de dados Capes e Scielo, para abordar duas questões a partir de Cucciniello, Porumbescu, e Grimmelikhuijsen.(2016): Quais as formas de transparência da gestão pública identificadas na literatura? Que resultados a literatura tem atribuído à transparência da gestão pública? Conclui-se que os estudos nacionais sobre o tema da transparência pública emergiram especialmente a partir da publicação da Lei de Acesso a Informação (LAI) e concentram-se em pesquisas empíricas com ênfase no nível municipal. Quanto às formas e resultados da transparência, os estudos concentram seus esforços em abordar os aspectos administrativos, orçamentários, responsabilidade e desempenho, deixando de lado o estudo dos aspectos políticos, de tomada de decisão dos gestores, participação e satisfação da sociedade.

**Palavras-Chave:** bibliometria; administração pública; lei de responsabilidade fiscal

ABSTRACT

This article proposes to evaluate the national scientific production about transparency in public management, having as a starting point the publication of the Fiscal Responsibility Law (FRL), covering 19 years (2000-2018) of academic production. 63 studies were reviewed, found in the Capes and Scielo databases, to address two questions from Cucciniello, Porumbescu e Grimmelikhuijsen. (2016): What forms of public management transparency identified in the literature? What results has the literature attributed to the transparency of public management? It is concluded that national studies on the subject of public transparency have emerged especially since the publication of the Access to Information Law (AIL) and focus on empirical research with emphasis on the municipal level. Regarding the forms and results of transparency, the studies concentrate their efforts on addressing the administrative, budgetary, accountability and performance aspects, leaving aside the study of political aspects, managerial decision making, participation and, societal satisfaction.

**Keywords:** bibliometrics; public administration; freedom of information act.

Universidade Federal do Espírito Santo - UFES

Endereço

Av. Fernando Ferrari, 514, Goiabeiras

29.075-910, Vitória-ES

gestao.conexoes@gmail.com

<http://www.periodicos.ufes.br/ppgadm>

Coordenação

Programa de Pós-Graduação em

Administração (PPGADM/CCJE/UFES)

Artigo

Recebido em: 11/03/2020

Aceito em: 22/04/2021

Publicado em: 30/06/2021



## Introdução

Nas últimas duas décadas, governos de todo o mundo adotaram leis de acesso à informação em um ritmo diferente de qualquer outro momento da história (Relly & Sabharwal, 2009). No Brasil, ainda que previsto na Constituição Federal de 1988, obrigações de publicação de dados orçamentários e financeiros foram efetivamente preditos na LRF - Lei Complementar n.º 101/2000 (2000) e na Lei Complementar n.º 131/2009 (2009). Entretanto, a aplicabilidade da transparência em unidades federativas somente veio a ser regulamentado em 2011, com a edição da LAI - Lei n.º 12.527 (2011). Em maio de 2012, essa Lei entrou em vigência, cabendo aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, em legislação própria, definir regras específicas e implementar medidas e instrumentos de transparência (Possamai & Schindler, 2017). A LAI aprimorou os elementos de transparência, progredindo em diretrizes para disponibilização de informações não fiscais, adotando os conceitos de transparência ativa e passiva (Raupp, Abreu, & Abreu, 2015).

O conceito de transparência pública não é recente, sendo que no âmbito nacional a sua discussão emergiu, principalmente, a partir desses dispositivos legais que passaram a exigir dos gestores públicos não somente o seu conhecimento, mas a sua utilização. Medeiros, Magalhães, e Pereira (2014) destacam que a democracia e seus mecanismos, entre os quais está o acesso à informação, tornaram-se fundamentais para a promoção de uma maior transparência e, conseqüentemente, menos corrupção. Estes fatores contribuem para que o debate sobre a transparência tenha se tornado mais frequente, entre os cidadãos e acadêmicos, considerando-a um termo sinônimo à solução para muitos problemas existentes numa ordem democrática (Zuccolotto, Teixeira, & Riccio, 2015). Essa discussão e socialização da transparência ampliou o seu conhecimento, mas, criou uma generalização conceitual.

Frente a essa situação, Zuccolotto et al. (2015) realizaram uma revisão da literatura internacional sobre os conceitos e as classificações da transparência com o objetivo de proporcionar aos pesquisadores nacionais a ampliação de conhecimento sobre esse campo de investigação e, por consequência, maior precisão conceitual e classificatória aos estudos sobre o tema. Nessa direção, Cucciniello *et al.*, 2016 destacam que um número crescente de acadêmicos e profissionais tem dado maior ênfase ao debate acerca do papel da transparência na prática da administração pública.

No estudo bibliométrico realizado por Roza, Machado, e Quintana (2011), sobre a produção científica em contabilidade pública no Brasil, foi identificado que, no período compreendido entre os anos de 2004 e 2009, a transparência das contas públicas é um dos temas predominantes, assim como a discussão acerca da LAI. A transparência também vigora entre os cinco temas mais abordados na literatura levantada por Peixe, Rosa, e Passos (2018), na análise de 86 artigos nacionais e internacionais sobre governança pública e accountability no setor público entre os anos de 2005 e 2015. Em ambos os estudos, a transparência figura como objeto de ampla investigação no âmbito da administração pública, indicando ser uma temática de interesse não só para a prática da gestão governamental, como para os estudiosos da área.

A partir dessas constatações, neste artigo propõe-se avaliar a produção científica nacional acerca da transparência na gestão pública, tendo como marco balizador a publicação da LRF, abarcando 19 anos (2000-2018) de produção acadêmica. Como norteador desta investigação, adotou-se o trabalho de Cucciniello et al. (2016), no qual é realizado um levantamento de vinte e cinco anos das pesquisas mundiais em transparência e proposta uma agenda de análise para este campo, com ênfase na busca de resposta para duas perguntas norteadoras:

1 - Quais as formas de transparência da gestão pública identificadas na literatura?

2 - Que resultados a literatura tem atribuído à transparência da gestão pública?

Tais questionamentos também guiam a investigação proposta neste artigo, que objetiva apresentar um panorama dos estudos nacionais sobre transparência na gestão pública, além de estabelecer um paralelo entre os achados internacionais acerca do tema (Cucciniello et al., 2016) com os do contexto nacional. Para tanto, neste trabalho de cunho bibliométrico, são avaliadas as pesquisas nacionais, divulgadas nas bases de dados Scielo e Periódicos Capes, entre os anos de 2000 e 2018, tendo como marco inicial, para o filtro dos artigos, a publicação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Ao todo, foram selecionados 63 artigos que, ao serem analisados, possibilitaram o delineamento de uma agenda de pesquisa como resultado desta investigação, sendo esta uma das potencialidades deste trabalho.

Entende-se que estudos de cunho bibliométrico colaboram na definição de fragilidades, tendências e discussões acadêmicas atuais de determinada disciplina do conhecimento, mais especificamente da transparência pública (Erford, Duncan, Miller, & Erford, 2010). Desse modo, a presente pesquisa pretende facilitar a procura por informações, apontar a direção e as abordagens dos estudos brasileiros nesta área. Relevante também salientar outra contribuição da presente revisão, que contempla somente a busca de artigos publicados em periódicos científicos brasileiros qualificados. Partindo ao encontro do entendimento de Demo, Fogaça, Ponte, Fernandes, e Cardoso (2015, p. 150) que “parte-se da premissa de que publicações em congressos são trabalhos em construção que, após aperfeiçoamento, visam a uma futura publicação em periódicos, por isso publicações em eventos não foram consideradas”.

## Fundamentação teórica

### Dispositivos legais da transparência

A transparência, na Administração Pública, pode ser entendida como a gestão dos assuntos públicos para o público (Birkinshaw, 2006). Para Black (1997), a transparência é o oposto de políticas opacas, que não proporcionam acesso às decisões da gestão pública, à forma como elas são tomadas, ao que elas representam, e aos seus benefícios e desvantagens. Assim, “transparência refere-se ao acesso absoluto do público a informações oportunas e confiáveis sobre as deliberações e desempenho no setor público” (Armstrong, 2005, p.1, tradução nossa). Cruz et al. (2012) afirmam que a simples disponibilização de dados e informações não é, necessariamente, transparência. Para esses autores, as

informações devem ser claras e objetivas, mostrando-se capazes de expressar seu verdadeiro significado, tornando possível o acompanhamento das questões orçamentárias e de finanças públicas.

Em síntese, a transparência pública é entendida como a divulgação de informações referentes às atividades da gestão pública, de seus gestores e de suas entidades. Estas informações devem ser concisas, seguras e passíveis de acesso pelo público. No âmbito nacional, a promulgação da Lei nº 4.320/1964 (1964) já se mostra como um dos primeiros marcos legais voltados à transparência pública, no contexto da evidenciação contábil e fiscal.

Segue-se, além da Constituição Federal de 1988, a Lei nº 9.755/1998 (1998) que se volta à transparência por meio da internet. De outro modo, a Lei Complementar nº 101/2000 (2000) cria um conjunto de dispositivos que consolidam e impactam diretamente a gestão pública quanto à necessidade de transparência com a utilização de múltiplos mecanismos. Entre esses dispositivos está o artigo 48, que consolida a essência dos mecanismos que deverão ser adotados para a garantia da transparência, com destaque à publicação de planos, orçamentos, bem como o incentivo à participação popular.

Surge, a partir da LRF, não somente a normatização de como garantir a transparência, mas amplia-se o princípio constitucional da publicidade para que de fato reflita o que se espera do gestor público responsável. Passa-se a não somente estabelecer as evidenciações compulsórias, como, cria-se a possibilidade da elaboração de mecanismos voluntários. Slomski (2005) destaca que a prestação de contas na gestão pública, a partir da LRF, não se resume aos relatórios exigidos pela legislação, mas, também, por todos os instrumentos que facilitem a transparência dos atos dos gestores, de forma voluntária. De forma adicional, a Lei Complementar nº 131 de 2009 (2009), amplia o que já havia sido estabelecido no artigo 48 da LRF, definindo prazos e possibilidade de acesso das informações em tempo real.

Em síntese, todos esses dispositivos legais buscam ampliar a transparência ativa. Zuccolotto et al. (2015) a definem como difusão periódica e sistematizada de informações sobre a gestão estatal, seja por ações voluntárias dos gestores públicos ou de obrigações legais impostas aos órgãos do Estado, determinando que sejam publicadas informações necessárias e suficientes para que a sociedade possa avaliar o desempenho governamental.

De outro modo, a Lei nº 12.527/2011 (2011) busca garantir o acesso à informação não somente por meio das informações disponibilizadas coletivamente, como também quando solicitadas pela sociedade. Denota-se que essa se diferencia dos demais dispositivos legais, ampliando a transparência passiva, assim definida “quando o Estado fornece informações específicas solicitadas por pessoas físicas ou jurídicas” (Controladoria Geral da União, 2014, p. 7). A partir disso, nasce o debate de como o processo de transparência deve ser concretizado para que o cidadão possa sentir os efeitos sobre o seu cotidiano.

## Formas e resultados da transparência

As definições quanto às formas e efeitos da transparência apresentadas nessa pesquisa emergem a partir dos conceitos de Cucciniello et al. (2016). Esses autores

entendem que a partir das formas que as atividades são desenvolvidas, torna-se possível atingir os objetivos que os gestores públicos pretendem alcançar e efetivar a transparência. Para eles, a transparência pode ser classificada com base no conjunto de atividades que os governos realizam ou de acordo com a área do governo cujas informações são expostas.

Neste estudo, as formas de transparência são avaliadas a partir das atividades de tomada de decisão, formulação de políticas e os resultados das políticas. Também são estimadas por meio dos objetivos da transparência, compreendidos pelos administrativos/institucionais, políticos e orçamentários.

No que tange a transparência por atividades, Grimmelikhuijsen e Welch (2012) destacam que a tomada de decisão é mais fortemente política do que administrativa. Nesse sentido, a transparência da tomada de decisão pode ser usada para promover uma questão específica, em vez de reagir às demandas externas do grupo. Por outro lado, a formulação de políticas é vista pelas pessoas como um processo racional, compreendendo a identificação de problemas, recolhendo informações sobre possíveis soluções, pesando cuidadosamente as alternativas e, eventualmente, escolhendo a melhor opção que posteriormente é implementada (Fine Licht, 2011). Finalmente, a transparência dos resultados das políticas capta a provisão e a pontualidade das informações sobre os efeitos das políticas (Grimmelikhuijsen & Welch, 2012).

Em complemento, a outra forma de atingir a transparência pública é a partir dos objetivos dos gestores, sejam eles administrativos, políticos ou orçamentários. No que se refere aos objetivos administrativos, é fundamental entender se os governos divulgam a informação correta, capaz de facilitar a confiança, colaboração e participação pública. Isso implica mais do que apenas na transparência formal, de cumprir as normas, mas na divulgação que busca alcançar a transparência efetiva, a fim de estimular o engajamento das partes interessadas (Cucciniello, Bellé, Nasi, & Valotti, 2014). Em adição, a transparência política corresponde à abertura de órgãos eleitos, como parlamentos ou conselhos locais e refere-se a informações relativas à política de representantes (Cucciniello, Nasi, & Valotti, 2012). Finalmente, a transparência orçamentária refere-se à divulgação de informações sobre a situação financeira de um governo e descreve como os agentes públicos utilizam os recursos financeiros (Pina, Torres, & Royo, 2010).

No que tange aos resultados da transparência, tem-se a concepção de Cucciniello et al. (2016), de que a transparência gera efeitos sobre o cidadão (legitimidade, participação, confiança no governo e satisfação) e sobre o próprio governo (responsabilidade, redução da corrupção, gestão financeira, desempenho, processo de tomada de decisão, colaboração entre governos). Dos efeitos sobre o cidadão, Fine Licht (2011) define a transparência como meio de aumentar a legitimidade percebida pelo cidadão. A autora defende a hipótese de que o aumento da transparência forçará os tomadores de decisão a se comportarem melhor e, portanto, tomar decisões de melhor qualidade, fazendo com que o cidadão tenda a aceitar as decisões e ampliar a sua confiança.

A transparência está fortemente associada à participação, no entanto, ambas são construções separadas. A participação diz respeito ao envolvimento de uma ou mais partes interessadas na tomada de decisões ou na política, de tal forma que a contribuição das partes interessadas seja considerada durante o processo de tomada de decisão e influencie o resultado da decisão (Rowe & Frewer, 2000).



No que se refere à confiança no governo, Grimmelikhuijsen e Meijer (2014) destacam que a compreensão específica da relação entre transparência e confiança requer que seja entendido o papel de um conjunto de variáveis, como objeto de confiança, contexto (político), condições institucionais, etc. Assim, variáveis como a preferência política podem afetar a confiança no governo.

Welch, Hinnant, e Moon (2005) salientam que, geralmente, a confiança está fortemente associada a satisfação no governo eletrônico, transparência e interatividade. Welch et al., (2005) complementam que, para muitos, a utilização apropriada de tecnologias de informação e comunicação, especialmente a internet, por parte do governo, potencializa o aumento da satisfação do cidadão.

Dos efeitos sobre o governo, destaca-se a accountability ou responsabilidade de prestação de contas. Musa, Bebic, e Durman (2015) reforçam que sem transparência não há inclusão nem participação, e também não há prestação de contas em todos os sentidos. Para ser aberto, permitir e assegurar a inclusão de atores sociais nos processos políticos, o governo tem que ser transparente. Em complemento, a transparência do governo permite que os cidadãos monitorem as suas atividades e decisões. Ajuda a desenvolver um governo mais efetivo ao infundir informações para as atividades do governo e, assim, torná-lo mais responsável, diminuindo a corrupção e outras práticas negativas na administração pública (Musa et al., 2015). Nessa mesma linha, Cucciniello et al. (2016) ressaltam que maior transparência parece melhorar consistentemente a qualidade da gestão financeira e reduzir os níveis de corrupção no setor público.

Cucciniello et al. (2014) destacam que a transparência normalmente incorpora vários componentes, incluindo a disponibilidade de informações sobre o funcionamento interno ou desempenho de uma instituição. A transparência refere-se ao conhecimento dos cidadãos, informados e capacitados em participar em processos públicos de tomada de decisões para as direções futuras dos governos (Cucciniello et al., 2014). Os autores complementam que também é fundamental entender se os governos divulgam informações sobre a colaboração entre governos, a fim de aumentar a confiança, a colaboração e a participação pública.

## Metodologia

Com o propósito de apresentar um panorama dos estudos nacionais sobre transparência na gestão pública e de estabelecer um paralelo entre os achados internacionais de (Cucciniello et al., 2016), foi adotado neste estudo o método bibliométrico. Essa metodologia é útil na identificação da evolução de uma determinada área do conhecimento, na investigação crítica de um conjunto de periódicos e na avaliação do uso de diferentes práticas metodológicas (Mazzon & Hernandez, 2013). Portanto, esse tipo de estudo não enfatiza apenas a mensuração, mas também a compreensão da produção científica e de seus autores (Araújo, 2006).

O período de publicação dos artigos investigados foi determinado a partir da data de promulgação da LRF (04/05/2000) até o dia da busca e seleção dos estudos (31/04/2018). A escolha da LRF como fator de delimitação do período investigado se deve à sua contribuição como uma das primeiras tentativas de assegurar o direito à

informação e a obrigatoriedade da publicidade, representando o principal passo em busca da promoção da transparência pública (Possamai & Schindler, 2017).

A seleção das publicações sobre transparência foi realizada através dos mecanismos de busca avançada, com os termos “transparência” e “pública”, em duas bases de dados de periódicos. Selecionou-se o portal de periódicos da CAPES, por disponibilizar textos completos provenientes de 38 mil periódicos, internacionais e nacionais, e diversas bases de dados que agregam referências e resumos de trabalhos acadêmicos e científicos, normas técnicas, patentes, teses e dissertações além de outros materiais de todas as áreas do conhecimento (CAPES, 2018). A busca no portal baseou-se em alguns critérios: artigos publicados em português, revisados por pares e que realizaram estudos nacionais. Esse processo de busca resultou em 917 artigos, cujos títulos e resumos foram lidos a fim de verificar o enquadramento da publicação ao tema investigado, totalizando 51 artigos selecionados para análise. Durante a coleta de dados desses artigos, percebeu-se a inadequabilidade de seis estudos. Estes foram excluídos da amostra, chegando-se ao total de 45 artigos (Figura 1).

Seguindo os mesmos critérios utilizados no portal CAPES, fez-se a busca na base Scielo. Nesta, foram selecionados 21 artigos, dentre os quais um foi excluído durante o processo de análise, por não ser apropriado ao tema e dois por estarem em duplicidade com artigos já selecionados no portal CAPES. A forma de busca dos artigos e os filtros são detalhados na Figura 1.

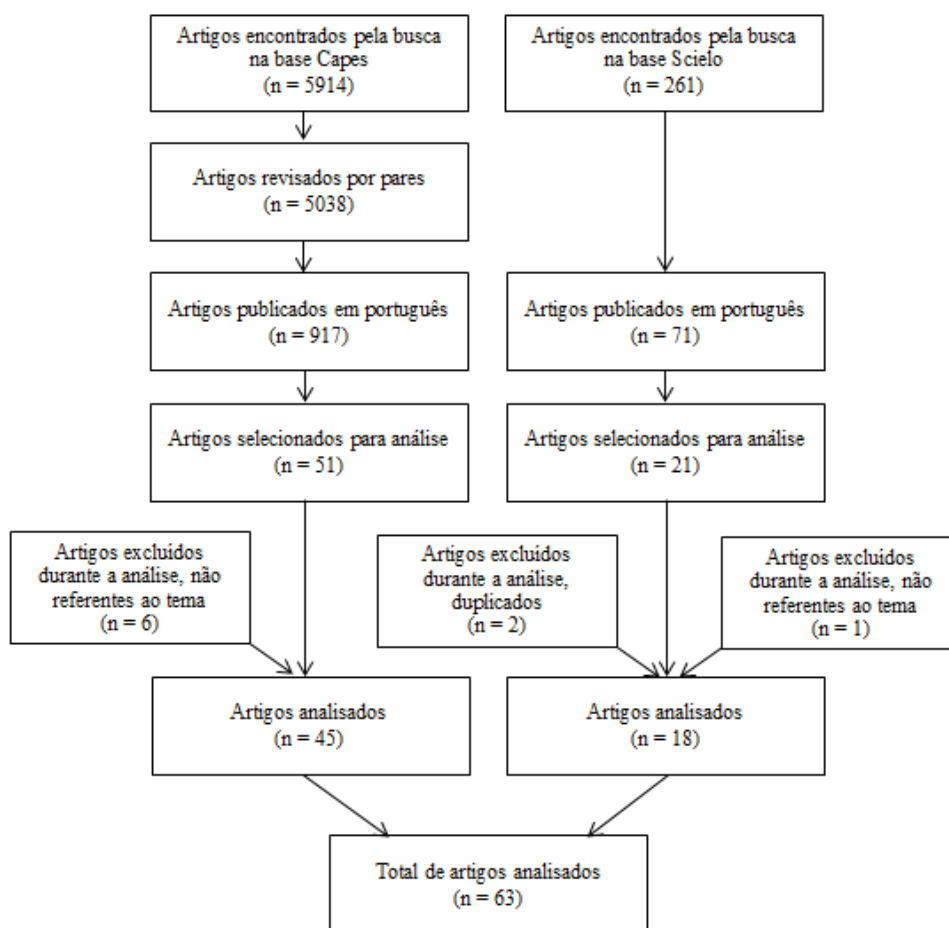


Figura 1 – Fluxograma da busca e seleção de artigos

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).



Ao final do processo de busca, obtiveram-se 63 artigos submetidos à apreciação, os quais são descritos, considerando-se os autores, o título, a fonte, o ano de publicação e a base de dados de referência para a coleta conforme Apêndice 1. Para a análise foram observados os aspectos gerais – de caracterização do estudo, de metodologia e o local de aplicação da pesquisa – e aspectos relacionados aos conteúdos dos artigos – formas e efeitos da transparência. No Quadro 1 há um detalhamento dos dados coletados, bem como a definição para cada classificação desses dados, a descrição detalhada do que foi filtrado e a referência teórica que embasou a escolha de cada aspecto de análise.

Quadro 1: Aspectos de análise

Dado coletado	Definição	Descrição	Referência teórica para a coleta do dado
Caracterização: Número de autores, ano de publicação, título e fonte	Estas características são relevantes para atender ao propósito da pesquisa, respondendo as questões: Qual a evolução do tema? Quais periódicos que se destacam? Quais as características da autoria? (Peixe et al., 2018).	Informações básicas extraídas da primeira página do artigo.	Roza et al. (2011); Peixe et al. (2018).
Metodologia	A metodologia foi incluída na análise pois auxilia na busca de evidências e direções futuras dos estudos sobre transparência no setor público, revelando como ela é compreendida e o que os estudos científicos têm feito sobre este tema (Cucciniello et al., 2016).	Classificação da metodologia do trabalho em: - teórico ou empírico - qualitativo, quantitativo, misto ou experimental	Cucciniello et al. (2016).
Local de aplicação do estudo	Refere-se ao nível de governo ou instituições da Administração Pública analisados nos artigos.	Esfera de governo ou órgão da administração pública abordados pelo estudo: Federal (Governo Federal); Estadual (Governo do Estado); Municipal (Prefeituras); Autarquias, fundações e empresas públicas; outros	
Formas de transparência	A transparência pode ser aplicada tanto a um conjunto de atividades que governos ou instituições executam quanto a uma área do governo que por ela é elucidada (Cucciniello et al., 2016)..	a) - Por atividades: compreendidas pelas atividades de tomada de decisão; formulação de políticas; resultados das políticas. - Por objetivos: compreendidos pelos objetivos administrativos/institucionais; políticos; orçamentários.	Heald (2006); Grimmelikhuijsen e Welch (2012); Cucciniello et al. (2014); Cucciniello et al. (2016).

Dado coletado	Definição	Descrição	Referência teórica para a coleta do dado
Efeitos da transparência	A transparência no setor público gera efeitos sobre os cidadãos e sobre o próprio governo e suas instituições (Cucciniello et al., 2016)	- Efeitos sobre os cidadãos: compreendidos pela legitimidade; participação; confiança no governo; satisfação. - Efeitos sobre o governo: responsabilidade; redução da corrupção; gestão financeira; desempenho; processo de tomada de decisão; colaboração entre governos.	Cucciniello et al. (2016).

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Cabe ressaltar, que optou-se por subdividir os estudos empíricos em quatro categorias metodológicas. Utilizou-se a classificação de Sampieri, Collado, e Lucio (2013) em qualitativos, quantitativos ou mistos – que utilizam tanto a abordagem quantitativa quanto a qualitativa. Além disso, separaram-se os estudos experimentais, tendo em vista que esta subdivisão foi aplicada por Cucciniello et al. (2016), e possibilitará melhor comparação aos resultados desse estudo.

Após a seleção, na etapa de análise, cada artigo foi avaliado por três pesquisadores. Os resultados foram cruzados para a verificação e discussão das divergências a fim de se alcançar uma decisão consensual. Nos casos em que a discussão não resultou em um consenso, os aspectos divergentes foram analisados por um quarto pesquisador, de modo a tomar uma decisão final sobre as classificações do trabalho, seguindo os critérios de análise do Quadro 1.

Inicialmente para a realização da análise os pesquisadores identificaram o número de autores dos artigos, ano de publicação e sua classificação metodológica. No segundo momento identificou-se a esfera e o local de aplicação do artigo. Na sequência, com a leitura dos artigos selecionados, identificaram-se inicialmente as formas de transparência apresentadas nos mesmos (por atividade ou por objetivos). Finalmente, os artigos foram classificados a partir dos resultados da transparência (efeitos sobre os cidadãos ou sobre o governo).

## Análise e discussão

Esta seção está dividida em duas partes. Na primeira discute-se a produção científica nacional quanto à transparência na gestão pública, enquanto na segunda apresentam-se as formas e os resultados da transparência na literatura nacional, visando responder às questões norteadoras deste estudo.

## Produção científica nacional quanto à transparência na gestão pública

A transparência passou a ser um elemento indispensável para a gestão pública, a partir da publicação da LRF. Sua inserção na academia, no entanto, foi mais tardia. Os primeiros estudos brasileiros sobre transparência foram publicados

somente a partir de 2006 (Gráfico 1). O interesse pelo tema, no entanto, parecia ser baixo, e as publicações cresciam de forma descontínua.

Em 2009, o caráter estritamente orçamentário da transparência, apresentado pela LRF, foi superado pela Lei Complementar n.º 131/2009. Sua promulgação parece ter refletido em um número maior de publicações científicas sobre o tema crescente até 2013, ano em que se verifica um pico na produção científica sobre transparência, com um total de 18 artigos publicados.

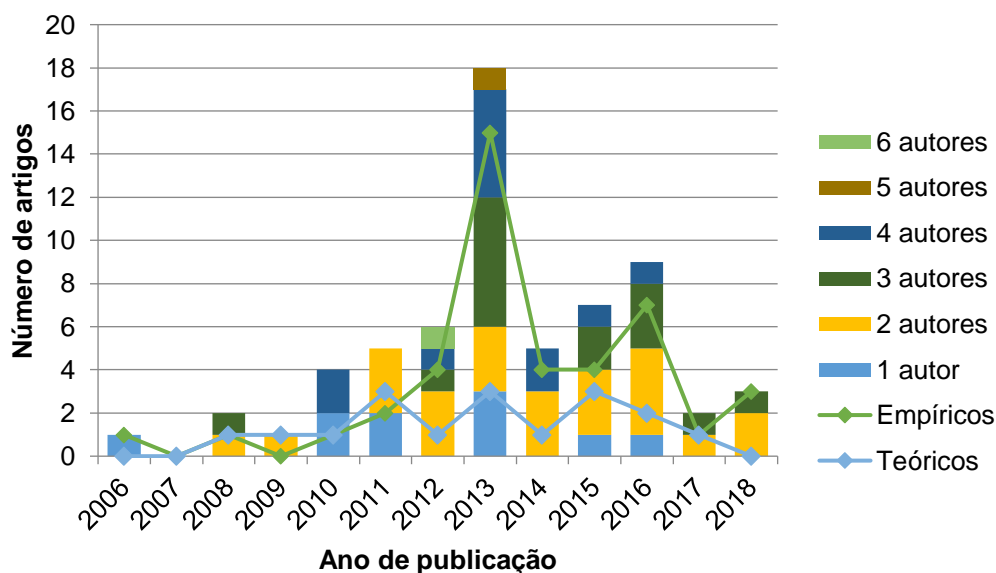


Gráfico 1: Ano de publicação, número de autores e metodologia

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Considera-se que o elevado número de artigos em 2013 possa ser explicado pela promulgação da LAI, Lei nº 12.527, em novembro de 2011. Entende-se que a LAI, um dos principais passos legais em direção à transparência, possa ter despertado o interesse dos pesquisadores pelo tema e impulsionado a produção científica durante o ano seguinte. Essa produção, em decorrência do tempo dispendido em seu desenvolvimento e no processo de submissão a periódicos qualificados, pode ter tido seus resultados publicados somente em 2013. Em complemento, esses artigos são publicados anteriormente em eventos científicos e posteriormente em periódicos científicos. Esse comportamento também foi constatado por Lamenha e Lamenha (2015), que investigaram a produção científica sobre transparência eletrônica na administração pública e demonstraram uma evolução significativa do tema no ano de 2013, acompanhando uma redução gradual nos anos posteriores.

Já em 2016, verifica-se um novo salto no número de artigos, porém menor que o anterior. Nos últimos anos, 2017 e 2018 percebe-se um baixo interesse pela transparência nas pesquisas nacionais. Parece haver, portanto, uma tendência de que assuntos que emergem da promulgação de leis e regulamentações legais despertem interesse imediato dos pesquisadores, mas não permaneçam em pauta nos anos seguintes.

Outra característica dos estudos investigados é a produção em coautoria, como pode ser observado no Gráfico 1. O elevado número de artigos desenvolvidos em coautoria implica em um alto grau de colaboração científica entre os pesquisadores que se dedicam a estudar a transparência.

Verificou-se a existência de estudos com até seis autores (1 artigo) e predominância de artigos desenvolvidos por dois autores (24 artigos). O alto número de publicações em coautoria tende a indicar uma maior qualidade dos estudos se comparado aos resultados decorrentes de produções individuais (Hudson, 1996). Isso porque, propicia o compartilhamento e a transferência de conhecimento, habilidades e técnicas, e pode provocar choques de pontos de vista, que podem gerar novas perspectivas e estimular a criatividade, além de aumentar a visibilidade

Quanto aos métodos dos artigos sobre transparência, destacam-se os estudos empíricos, corroborando a pesquisa de Roza et al. (2011). Dentre os 63 artigos analisados, apenas 18 são teóricos (Gráfico 1). A prevalência do método empírico nas pesquisas sobre transparência é também uma realidade da literatura científica internacional, desde o início dos anos 2000 (Cucciniello et al., 2016). Quanto aos estudos teóricos, tem-se exemplos como o de Silva, Hoch, e Righi (2013), que realiza uma análise documental e bibliográfica da atuação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no âmbito de sua competência normativa, visando efetivar a transparência no poder judiciário, a partir da utilização das tecnologias de informação e comunicação. Já Cavalcante (2014) faz uma discussão teórica a respeito da importância das Ouvidorias Públicas para a transparência e o controle social. Outro exemplo de estudo teórico, é o de Mendes, Oleiro, e Quintana (2008), que aborda, por meio de pesquisa bibliográfica, as auditorias governamentais, a contabilidade e os órgãos de controle interno e externo da administração pública, evidenciando a contribuição destes para a transparência.

Nota-se um aumento da proporção dos estudos empíricos em relação aos teóricos, especialmente a partir de 2012. Antes desse período o número de pesquisas de natureza teórica se igualava ao das pesquisas empíricas (2008 e 2010) ou, até mesmo, o ultrapassava em alguns anos (2009 e 2011). Mesmo não sendo expressiva, a quantidade de artigos teóricos produzidos nos primeiros anos analisados pode ter favorecido o desenvolvimento de estudos aplicados no período seguinte. Assim como em Cucciniello et al. (2016), esta constatação está fundamentada na premissa de que estudos teóricos constroem as bases conceituais necessárias para o desenvolvimento dos estudos empíricos.

Dentre os artigos empíricos, o método quantitativo é o mais expressivo (53,3%), seguido pelos estudos qualitativos (44,5%). Verificou-se também a presença de um estudo misto (2,2%) e ausência de estudos experimentais. Este resultado vai de encontro àquele verificado por Peixe et al. (2018), na análise de artigos nacionais e internacionais sobre governança pública e accountability entre os anos de 2005 e 2015, tendo em vista que os autores identificaram predominância da abordagem qualitativa. Pode-se supor, a partir de tal constatação, que está havendo um amadurecimento das investigações sobre a transparência, adotando-se estudos de caráter não mais exploratórios, em que predomina a metodologia qualitativa e se busca compreender um tema ainda pouco estudado (Sampieri et al., 2013); mas estudos descritivos, com ênfase na metodologia quantitativa, podendo prever tendências e detalhando características importantes de determinado fenômeno (Sampieri et al., 2013). Entretanto, o campo ainda necessita de avanços

metodológicos, tendo em vista a ausência de estudos experimentais, indicando uma lacuna a ser preenchida.

No que se refere às esferas públicas e demais locais de aplicação abordados pelos estudos analisados, tem-se a representação no Gráfico 2.

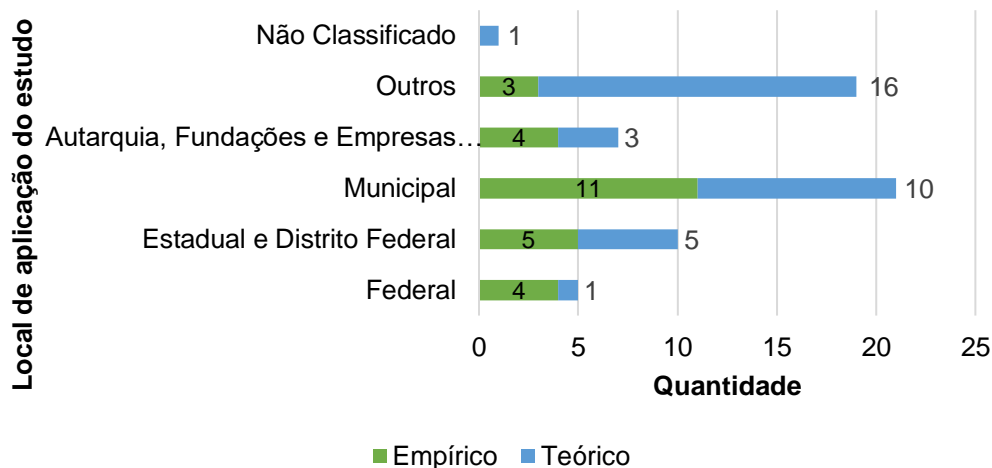


Gráfico 2: Local de aplicação dos estudos por metodologia de empíricos ou teóricos

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Percebe-se, no Gráfico 2, o destaque do nível municipal, com um total de 21 dos 63 artigos analisados. Em seguida, com 10 artigos, evidencia-se o nível estadual, seguido da categoria em que se incluem autarquias, fundações e empresas públicas. Tal resultado reflete que a transparência está presente em todos os espaços que integram o setor público. Desde que foi efetivamente instituída como obrigatoriedade legal, por meio da LRF, ela incide sobre o Ministério Público, os três poderes (executivo, legislativo e judiciário), as três esferas de governo (federal, estadual e municipal) e todos os órgãos e entidades pertencentes à administração pública (Campos, Paiva, e Gomes, 2013).

No Gráfico 2, nota-se a presença de um grande número de artigos classificados na categoria “outros”, que abrange, por exemplo, organizações não governamentais, bancos, instituições públicas de ensino e ouvidorias públicas. Ressalta-se que um dos estudos não pode ser classificado quanto ao local de aplicação por tratar-se de um estudo teórico, que discute a transparência na gestão pública de maneira genérica.

Por fim, cabe salientar a perspectiva quantos as áreas de conhecimento para a divulgação da produção científica acerca da transparência, refletindo a pluralidade do tema. Os 63 artigos selecionados para análise foram publicados em 34 diferentes periódicos científicos, predominantemente pertencentes às ciências sociais. Destacam-se alguns periódicos e suas classificações Qualis/Capes-2018, como a Revista de Administração Pública (A2) e a Revista Controle (B4), com 13 e 10 artigos, respectivamente. Na sequência, a Revista de Contabilidade e Controladoria (B3) e a Revista de Sociologia Política (B1), com três estudos publicados. Os periódicos, Revista Ambiente Contábil (B3), Revista de Administração de Roraima (B3), Revista Eletrônica de Sistemas de Informação (B3) e Transinformação (B1),

possuem duas publicações, cada um. Os demais periódicos apresentaram somente uma publicação.

### Formas e resultados da transparência na literatura nacional

Nesta seção são discutidas as características que a literatura nacional tem atribuído à transparência da gestão pública. Para auxiliar essa discussão, assim como no estudo desenvolvido por Cucciniello et al. (2016), consideram-se as formas de transparência pública através de dois eixos: por atividade e por objetivo. Da mesma maneira, os resultados da transparência foram analisados por duas perspectivas: efeitos sobre os cidadãos e os efeitos sobre o governo.

Quanto as formas de transparência estudadas, no Gráfico 3 é apresentado um detalhamento, considerando aquelas pertencentes à transparência por atividades e à transparência por objetivos.

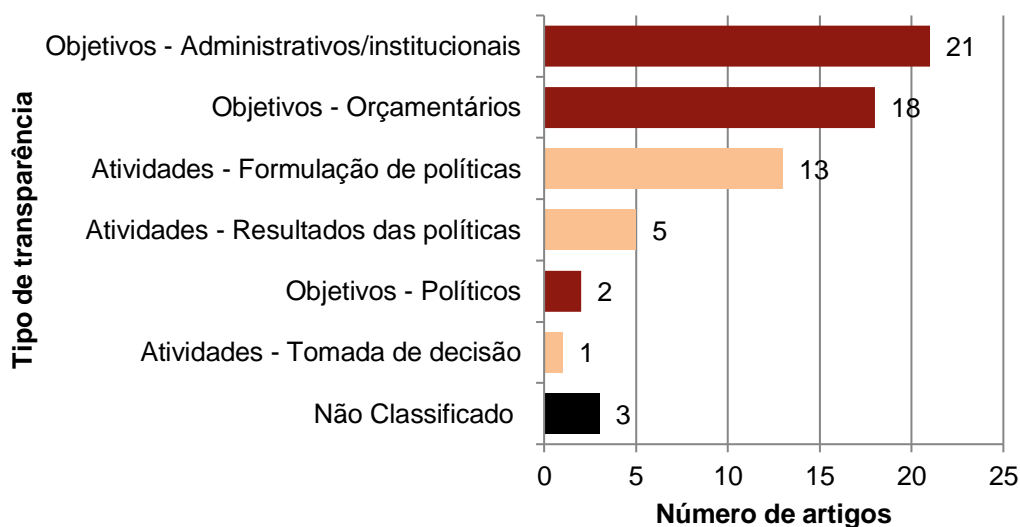


Gráfico 3: Detalhamento das formas de transparência estudadas

Fonte: Elaborado pelos autores (2021)

Na literatura brasileira, observou-se que dentre as duas formas de transparência identificadas, a que mais ocorreu (41 artigos) foi a transparência por objetivos. Dentre os locais de abrangência desses estudos, a esfera municipal destacou-se com maior número de trabalhos (17). A proeminência dessa unidade administrativa se dá ao fato de se serem governos mais próximos dos cidadãos (Rocha, 2017). Em consonância, Cruz et al. (2012) consideram que a proximidade com os governos potencializa o interesse da coletividade por informações sobre a gestão dos recursos públicos que estão sob responsabilidade dos gestores municipais.

No que diz respeito à transparência por atividade, contabilizaram-se 19 trabalhos. A transparência por atividades tende a destacar a tomada de decisão, a formulação e resultados de políticas, sendo mais fortemente política do que administrativa (Grimmelikhuijsen & Welch, 2012). Dentre os locais de aplicação dos trabalhos, tem-se Organizações Não-Governamentais – ONGs, Instituições de



Ensino Superior – IES, Conselhos Nacionais e Instituições Financeiras. Por fim, cabe ressaltar que, em três estudos, não foi possível comprovar a forma de transparência aplicada, os quais foram definidos pelos pesquisadores como “não classificados”.

Quanto a forma de transparência por objetivo, dois tipos se destacam, assim como em Cucciniello et al. (2016): os administrativo/institucional com 21 artigos e os orçamentários com 18 estudos, sendo a primeira tipologia de maior evidência nesse estudo. Os estudos administrativos/institucionais refletem a divulgação de informações da administração ou das atividades da instituição pública. Dos 21 artigos desta tipologia, nove compreenderam a esfera municipal. Dentre os trabalhos, dois Estados da Região Nordeste estão em evidência: Ceará e Rio Grande do Norte, ambos com dois estudos envolvendo os municípios de sua abrangência.

Os trabalhos abordando os municípios do Ceará analisaram a transparência na gestão fiscal e o impacto da LAI nos governos municipais, ambos foram publicados no mesmo periódico (Revista Controle – B4), sendo um em 2014 e outro, em 2015. Já os estudos realizados no Rio Grande do Norte, avaliaram a relação de variáveis, como as socioeconômicas, com a transparência pública e também a comparação entre os municípios mais populosos do Estado com o índice de transparência. Os dois estudos foram publicados no mesmo período (2013), porém em periódicos diferentes (Revista Evidenciação Contábil & Finanças - B4 e Revista de Gestão – B1).

Dos outros cinco estudos, dois fizeram menção a LAI como instrumentos de controle social e a sua contribuição para os cidadãos quanto o acesso à informação pública. Os demais abordaram enfoques da transparência pública, como os portais eletrônicos, auditoria operacional e contábil e a metodologia e ampliação da accountability. É válido mencionar que não foi encontrado nenhum trabalho que englobasse a esfera Federal, quanto aos aspectos administrativos/institucionais.

Dos 18 estudos do tipo orçamentário, oito envolveram a esfera municipal e, destaca-se a Revista de Administração Pública (A2) como o periódico com maior número de artigos publicados (4). Quanto à abordagem dos trabalhos, notou-se que, a maioria (11), se refere à divulgação de informações sobre a situação financeira de uma instituição pública, avaliando e descrevendo como os atores públicos usam os recursos financeiros.

Quanto à forma de transparência por atividade, nota-se que a formulação de políticas é que se sobressai com um total de 13 estudos, sendo que sete desses foram realizados no período de 2008 a 2013; este período pode ser justificado pela criação e implementação das Leis que norteiam a Transparência Pública no país. Os trabalhos contemplaram a avaliação e a efetivação das leis implementadas no tange a contribuição dessas para a transparência pública.

Dos 13 estudos, seis discorreram sobre a LAI, cinco destacando a Lei como instrumento legal de fortalecimento da transparência frente as demandas dos usuários, no que tange o controle social na gestão do setor público e um apresentando um comparativo de acesso à informação entre Brasil, Portugal e Espanha. Três estudos abordaram sobre a LRF, destacando as contribuições que a Lei proporciona para gestão pública e uma análise de 10 anos de existência dessa Lei no país, apontando os avanços e os percalços no período. Ainda três estudos ponderaram a participação na gestão pública como fator contribuinte para o desenvolvimento da democracia por meio da melhoria dos mecanismos de

transparência, evidenciando a contribuição das leis para a participação dos cidadãos. E um trabalho expôs a formação e a importâncias das políticas públicas para a efetivação da transparência.

Quanto aos estudos que buscam medir os resultados das políticas praticadas (5), dois fazem menção a LRF, compreendendo os principais avanços na evidenciação da Contabilidade Pública com a implantação da lei e as mudanças trazidas pela nova contabilidade pública brasileira e sua contribuição para maior transparência nas contas públicas. Estes trabalhos evidenciaram que a lei trouxe exigências no que diz respeito à evidenciação contábil, que proporcionou um cenário de maior transparência e controle das contas públicas por parte dos seus usuários.

Além disso, entre os achados, verificaram-se dois estudos do tipo político. Um deles evidenciando o controle interno, como instrumento de planejamento, organização e transparência na administração pública municipal, do qual foi possível constatar que este propicia inúmeros benefícios para a administração, constituindo-se em ferramenta que auxilia a efetivação dos atos públicos. Outro estudo tratou da transparência na administração pública, em específico na gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social-RPPS, no qual atestou-se que as mudanças executadas visaram maximizar a disponibilização de informações sobre os recursos financeiros, com o intuito de estimular a participação efetiva dos segurados na administração e na gestão dos seus RPPS. Ainda um trabalho que considerou os sistemas de avaliação de políticas públicas e programas governamentais, no que tange a sua contribuição para o aperfeiçoamento de mecanismos de controle da gestão pública. Os resultados indicaram a importância da participação social para fiscalização das ações executadas por agentes públicos, tanto a prestar contas como também a se responsabilizarem por essas ações.

Notou-se também que há poucas pesquisas que evidenciam a tomada de decisão, sendo que foi encontrada apenas uma com tal enfoque. Esse trabalho objetivou desenvolver um índice de medição da governança pública e apresentá-lo como um instrumento de autoavaliação e planejamento para o Estado e de controle social para os cidadãos. Este resultado vai de encontro aos achados de Cucciniello *et al.* (2016), no qual a tomada de decisão foi o tipo de transparência por atividade de maior ocorrência.

No Gráfico 4, destacam-se as tipologias de efeitos, sendo que quando avaliados os cidadãos 4 efeitos podem ocorrer: legitimidade, participação, confiança no governo e satisfação; já quando avaliados os governos 6 efeitos podem ser visualizados: responsabilidade, menos corrupção, desempenho, processo de tomada de decisão, gestão financeira, e colaboração entre governos.

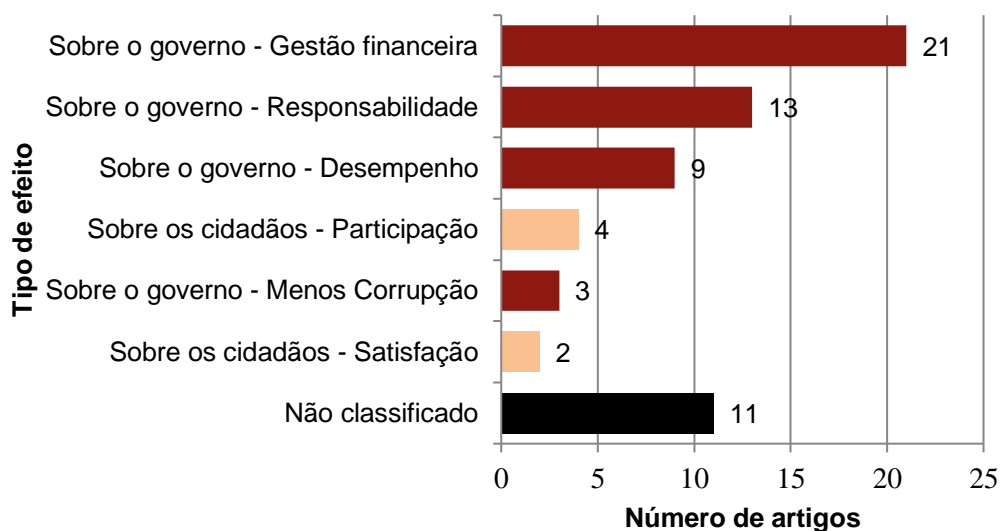


Gráfico 4: Detalhamento dos efeitos da transparência

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

No que se refere aos efeitos da transparência, verificou-se se há a predominância sobre os cidadãos ou sobre o governo. Observa-se a superioridade de estudos brasileiros que envolvem os resultados da transparência sobre o governo (46 estudos). Destes, mais da metade (24) foram realizados no período de 2010 a 2013, sendo 15 publicados no ano de 2013. Dentre os temas abordados, destaca-se a implantação das leis de transparência e suas implicações, tanto nos governos como nas demais instituições públicas (30 estudos). Relevante mencionar que os governos municipais são os mais evidenciados (19 estudos).

Os efeitos sobre os cidadãos foram pesquisados em apenas 6 artigos. O local predominante de aplicação desses estudos foi a esfera estadual (3) e o assunto de maior evidência (3) foi a participação da sociedade para o desenvolvimento da democracia. Isso vai de encontro aos achados de Cucciniello *et al.* (2016), os quais indicaram que aproximadamente 50% dos estudos levantados avaliavam os efeitos da transparência sobre os cidadãos. Ressalta-se que, em 11 estudos, não foi possível identificar o efeito da transparência em decorrência dos artigos possuírem abordagem teórica sem evidenciar uma consequência específica para os cidadãos ou para os governos. A maioria desses estudos são relativos à formulação de políticas, as quais podem contribuir tanto para os cidadãos quanto para os governos.

Quando avaliados os efeitos sobre os governos, encontram-se estudos que discutem a gestão financeira, a responsabilidade, o desempenho e menos corrupção. Esses efeitos evidenciam a avaliação dos governos e sua atuação como representantes dos cidadãos. Além disso, os efeitos possuem relação direta com as políticas implementadas no que diz respeito à transparência pública.

O efeito de maior representatividade entre os artigos analisados (21) é a gestão financeira, sendo que 9 deles discorrem sobre os governos municipais. Segundo Platt, Cruz, Ensslin, e Ensslin (2008), o princípio da transparência tem o objetivo de fornecer ao público acesso à informação quanto à política fiscal, divulgando-a conforme padrões de publicidade, compreensibilidade e utilidade para decisões. Isso

significa a possibilidade do acompanhamento claro, transparente, da execução orçamentária e das finanças públicas (Sacramento & Pinho, 2007).

O segundo efeito sobre os governos com maior número de publicações (13) é a responsabilidade, destacando, novamente, a esfera municipal como objeto de estudo (7). Dentre os estudos que medem esse efeito, há a predominância da abordagem empírica (9) e de 4 publicações na Revista Controle (B4). Dentre os temas discutidos, 9 artigos abordam a responsabilização dos agentes públicos pelos resultados das políticas e programas governamentais, no que diz respeito à gestão da informação.

O efeito de desempenho do governo é analisado em 9 artigos de abordagem empírica. Destes, 5 avaliam o desempenho da transparência por meio dos portais eletrônicos, sendo que os estudos ocorreram no período de 2012 e 2016, o que também pode estar relacionado à implantação da LAI, de forma que se passou a avaliar o desempenho da transparência das instituições públicas via internet. Por fim, referente aos efeitos associados aos governos, 3 estudos de natureza teórica, publicados nos anos de 2008, 2009 e 2017, discutiram a minimização da corrupção.

Dentre os efeitos da transparência sobre os cidadãos, 4 estudos abordaram a participação do cidadão e a democracia. Para Rocha (2011, p. 172) “o desenvolvimento da democracia pressupõe, [nesse sentido], o fortalecimento das instituições políticas locais, por viabilizarem a participação dos cidadãos nas decisões públicas”. Diante disso, Zuccolotto e Teixeira (2015, p. 81) afirmam que a participação permite que o representante seja “não apenas um delegado ou agente e sim um líder capaz de organizar, agregar e coordenar a vontade do povo (ultrapassando as particularidades e a fragmentação da sociedade)”. Também foram identificados 2 estudos que discutem a satisfação do cidadão quanto as informações disponíveis nos órgãos do governo, ambos analisando a esfera estadual e de abordagem empírica.

No estudo de Cucciniello et al. (2016), ao analisar os efeitos sobre o governo, os resultados de maior incidência foram reponsabilidade e menos corrupção; já os efeitos sobre os cidadãos, destacaram-se a participação dos cidadãos e a confiança no governo. Contudo, os autores ressaltam que, nos efeitos orientados para os cidadãos, encontram-se maior inconsistência de ideias e de compreensão sobre a transparência pública. Acreditam ainda que a explicação é advinda das várias formas como os cidadãos enxergam a transparência do governo, fazendo com que os resultados centrados no cidadão sejam muito mais dependentes de um contexto específico.

Por fim, 11 estudos não foram classificados, devido à impossibilidade de analisar o tipo de efeito.

## Conclusão

A presente pesquisa avaliou a produção científica nacional (2000-2018) acerca da transparência na gestão pública, tendo como marco balizador a publicação da LRF. A partir da consulta nas bases de dados dos periódicos CAPES e da Scielo, foram selecionados 63 artigos para análise. Diante dos resultados encontrados, fica evidente que a produção científica sobre o tema da transparência na gestão pública não ganha espaço significativo logo a partir da publicação da LRF no ano de 2000,

começando a se desenvolver mais amplamente com a publicação da Lei Complementar nº 131/2009, que amplia as obrigações já contempladas na LRF. De outro modo, o crescimento é expressivo com a publicação da LAI no ano de 2011. Esses resultados indicam que a publicação das leis tende a desencadear o interesse de pesquisa de forma imediata e temporária. Tal diagnóstico remete a um alerta para os pesquisadores, pois, pode gerar uma lacuna em longo prazo na produção científica de temas importantes, como o da transparência.

Outro resultado importante remete ao tipo de estudo desenvolvido. Destacam-se os artigos empíricos, seguindo uma tendência internacional sobre o tema. Entre esses estudos empíricos inexistem a produção científica nacional com a utilização do experimento. Esse resultado indica uma lacuna na produção científica brasileira, visto que estudos experimentais sobre o tema estão difundidos na literatura internacional, conforme constataram Cucciniello et al. (2016). A aplicação de estudos experimentais pode melhorar a compreensão dos mecanismos causais responsáveis pela transmissão dos efeitos da transparência.

Dois questionamentos nortearam a condução desta investigação, sendo o primeiro deles: “Quais as formas de transparência da gestão pública identificadas na literatura?”. Os resultados evidenciam a predominância de estudos que abordam a forma da transparência a partir de seu objetivo, assim como, estudos desenvolvidos em governos locais. Importante salientar a necessidade de se ampliar o contexto de investigação da transparência, tendo em vista que estados, autarquias e o governo federal são objeto de estudo de um baixo número de publicações. Faz-se relevante compreender como os efeitos da transparência variam de acordo com a forma de transparência adotada em distintos contextos, o que possibilitará um diagnóstico mais eficaz da aplicação dos dispositivos legais referentes à transparência.

Identificou-se também que as formas de transparência que predominam nas investigações nacionais são as administrativas/institucionais, orçamentárias e a formulação de políticas. Desse modo permanece um espaço significativo para pesquisas que abordem especialmente as formas de transparência a partir dos objetivos políticos e diante das atividades de tomada de decisão. Estudar o papel dos objetivos políticos nos efeitos da transparência é uma condição necessária para se entender o porquê de as práticas de transparência serem efetivas em alguns contextos e falhas em outros.

O segundo questionamento baseou-se em: “Que resultados a literatura tem atribuído à transparência da gestão pública?”. Estes resultados podem ser medidos tanto em termos de efeitos sobre os cidadãos quanto sobre o próprio governo. No tocante aos resultados da transparência diante dos efeitos sobre os cidadãos e o governo, nota-se a predominância de estudos que avaliam os efeitos da transparência sobre o governo. Mediante a isso, percebe-se uma lacuna nas produções brasileiras, a qual poderia ser preenchida com estudos que apontam a transparência percebida e vivenciada pelos cidadãos, assim como os seus resultados sobre a sociedade abordando os benefícios e contribuições que esta proporciona.

Na análise dos resultados levaram-se em consideração 10 tipos de efeitos da transparência, sendo que quatro efeitos não foram encontrados nos estudos nacionais: legitimidade, confiança nos governos, processo de tomada de decisão e colaboração entre governos, indicando lacunas de investigação; além da



possibilidade de contribuir, a partir da produção científica qualificada, para a compreensão, a aplicação, a gestão da transparência ativa no país.

Espera-se que essas as lacunas encontradas nos estudos brasileiros possam guiar pesquisadores interessados pela transparência e enriquecer os conhecimentos acerca desta área temática. Apesar de identificar vários caminhos a serem seguidos em futuros estudos, deve-se salientar que esta pesquisa utilizou somente duas bases de publicações. Podem, portanto, existir outros artigos nacionais sobre transparência além dos aqui analisados. Também, o baixo número de estudos bibliométricos acerca da transparência impossibilitou a confrontação dos resultados aqui encontrados com os de levantamentos anteriores sobre o tema, predominando as comparações com as produções internacionais.

## Referências

- Araújo, C. A. (2006). Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. *Em Questão*, 12(1), 11-32.
- Armstrong, E. (2005). Integrity, transparency and accountability in public administration: recente trends, regional and international developments and emerging issues. *Economic & Social Affairs*, United Nations.
- Birkinshaw, P. (2006). Freedom of information and openness: fundamental human rights. *Administrative Law Review*, 58(1), 177-218.
- Black, J. (1997). Transparent Policy Measures. In: Black, J. (Org.). *Oxford Dictionary of Economics*. Oxford, UK: Oxford University Press.
- Cavalcante, M. L. S. A. (2014). Ouvidorias Públicas: Conceito, Papel, Evolução e Qualidade no Controle Social. *Revista Controle - Doutrina E Artigos*, 12(2), 266-281. <https://doi.org/10.32586/rcda.v12i2.117>
- Campos, R., Paiva, D., & Gomes, S. (2013). Gestão da informação pública: um estudo sobre o Portal Transparência Goiás. *Revista Sociedade e Estado*, 28(2), 421-446. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922013000200012>.
- Controladoria Geral da União. (2014). *Relatório Sobre a Implementação da Lei nº 12.527: Lei de Acesso à Informação*. Recuperado de: [https://www.defesa.gov.br/arquivos/lai/servico\\_de\\_informacao/relatorio\\_lai\\_2014\\_vf\\_v3.pdf](https://www.defesa.gov.br/arquivos/lai/servico_de_informacao/relatorio_lai_2014_vf_v3.pdf).
- Cruz, C. F., Ferreira, A. C. de S., Silva L. M. da, Macedo M. Á. da S. (2012). Um Estudo Empírico sobre a Transparência da Gestão Pública dos Grandes Municípios Brasileiros. *Revista de Administração Pública*, 46(1), 153-176.
- Cucciniello, M., Bellé, N., Nasi, G., & Valotti, G. (2014). Assessing Public Preferences and the Level of Transparency in Government Using an Exploratory Approach. *Social Science Computer Review*, 33(5), 571-586. <https://doi.org/10.1177/0894439314560849>.



- Cucciniello, M., Nasi, G., & Valotti, G. (2012, february). Assessing transparency in government: rhetoric, reality and desire. *Anais of Hawaii International Conference On System Sciences*, Hawaii, 45. DOI: 10.1109/HICSS.2012.123
- Cucciniello, M., Porumbescu, G. A., & Grimmelikhuijsen, S. (2016). 25 Years of Transparency Research: Evidence and Future Directions. *Public Administration Review*. 77 (1), 33-44. <https://doi.org/10.1111/puar.12685>
- Demo, G., Fogaça, N., Ponte, W., Fernandes, T., & Cardoso, H. (2015). Marketing de relacionamento (CRM): estado da arte, revisão bibliométrica da produção nacional de primeira linha, institucionalização da pesquisa no Brasil e agenda de pesquisa. *Rev. Adm. Mackenzie*, 16(5), 127-160. <https://doi.org/10.1590/1678-69712015/administracao.v16n5p127-160>
- Erford, B. T., Duncan, K. L., Miller, E. M., & Erford, B. M. (2010). Measurement and Evaluation in Counseling and Development (MECD) submission patterns: MECD author and article characteristics from 1990–2009. *Measurement and Evaluation in Counseling and Development*, 42(4), 296-307. DOI:10.1177/0748175609354619
- Fine Licht, J. de. (2011). How Increased Transparency in Decision-making Affects Perceptions of Legitimacy: the case of priority setting in public health care. *Anais of European Consortium for Political Research General Conference*, Ljubljana, Eslovénia, 47.
- Grimmelikhuijsen, S. G., & Meijer, A. J. (2014). The effects of transparency on the perceived trustworthiness of a government organization: evidence from an online experiment. *Journal of Public Administration Theory and Research*, 24(1), 137-157. <https://doi.org/10.1093/jopart/mus048>
- Grimmelikhuijsen, S.G., & Welch, E. W. (2012). Developing and Testing a Theoretical Framework for Computer-Mediated Transparency of Local Governments. *Public Administration Review*, 72(4), 562-571. <https://doi.org/10.1111/j.1540-6210.2011.02532.x>
- Heald, D. (2006). Varieties of Transparency. In: Hood, C. & Heald, D. (Ed. *Transparency: The Key to Better Governance?* (Chap. 2, pp. 25-43). Oxford, UK: Oxford University Press,
- Hudson, J. (1996). Trends in multi-authored papers in economics. *The Journal of Economic Perspectives*, 10(3), 153-158. DOI: 10.1257/jep.10.3.153
- Lamenha, A. A. R., & Lamenha, G. R. (2015). Levantamento e análise da produção científica sobre as práticas de divulgação eletrônica em portais públicos: uma investigação nos estudos realizados no período de 2010-2015. *Olhares Plurais*, 2(13), 72-91.
- Lei Complementar nº 101/2000, de 04 de maio de 2000.* (2000). Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Recuperado de: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm)

- Lei Complementar nº 131/2009, 27 de maio de 2009.* (2009). Acrescenta dispositivos à Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Recuperado de: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/LCP/Lcp131.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp131.htm)
- Lei nº 4.320/1964, de 17 de março de 1964.* (1964) Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Recuperado de: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4320.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm)
- Lei nº 9.755/1998, de 16 de dezembro de 1998.* (1998). Dispõe sobre a criação de “homepage” na “internet”, pelo Tribunal de Contas da União, para divulgação dos dados e informações que especifica, e dá outras providências. Recuperado de: [http://www.planalto.gov.br/Ccivil\\_03/leis/L9755.htm](http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9755.htm)
- Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011.* (2011). Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Recuperado de: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm)
- Mazzon, J. A., & Hernandez, J. M. C. (2013). Produção científica brasileira em marketing no período 2000-2009. *Rev. adm. empres.*, 53(1), 67-80. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75902013000100007>
- Medeiros, S. A., Magalhães, R., & Pereira, J. R. (2014) Lei de Acesso a Informação: Em Busca da Transparência e do Combate à Corrupção. *Informação & Informação*, 19(1), 55 – 75. <http://dx.doi.org/10.5433/1981-8920.2014v19n1p55>
- Musa, A., Bebic, D., & Durman, P. (2015). Transparency and Openness in Local Governance: A Case of Croatian Cities. *HKJU – Croatian and Comparative Public Administration*. 15(2), 415-450.
- Mendes, R. C., Oleiro, W. N. & Quintana, A. C. (2008). A contribuição da contabilidade e auditoria governamental para uma melhor transparência na gestão pública em busca do combate contra a corrupção. *SINERGIA - Revista do Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis*, 12(2), 37-48.
- Peixe, B. C. S., Rosa, C. da, Filho, & Passos, G. de A. (2016). Governança Pública e Accountability: Uma Análise Bibliométrica das Publicações Científicas Nacionais e Internacionais. *Revista Contemporânea em Contabilidade*, 15(36). 77 – 96. <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8069.2018v15n36p77>
- Pina, V., Torres, L., & Royo, S. (2010). Is E-Government Promoting Convergence towards More Accountable Local Governments? *International Public Management Journal*, 13(4), 350-380. <https://doi.org/10.1080/10967494.2010.524834>

- Platt Neto, O. A., Cruz, F., Ensslin, S. R., & Ensslin, L. (2008). Publicidade e Transparência das Contas Públicas: obrigatoriedade e abrangência desses princípios na administração pública brasileira. *Contabilidade Vista & Revista*, 18(1), 75-94.
- Possamai, A. J., & Schindler, E. (2017). Transparência e lei de Acesso À Informação (LAI) nos municípios gaúchos: fatores associados. *Indicadores Econômicos FEE*, 45(1), 71-86.
- Raupp, F. M., Abreu, E. & Abreu, M. B. (2015). Disponibilização de informações à sociedade em meios eletrônicos: um estudo nas prefeituras dos maiores municípios brasileiros. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, 14(42), 41-54. <http://dx.doi.org/10.16930/2237-7662/rccc.v14n42p41-54>
- Relly, J. E., & Sabharwal, M. (2009). Perceptions of transparency of government policymaking: A crossnational study. *Government Information Quarterly*, 26(1), 148-157. <https://doi.org/10.1016/j.giq.2008.04.002>
- Rocha, C. V. (2011). Gestão pública municipal e participação democrática no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, 19(38), 171-185. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782011000100011>
- Rocha, F. R., Júnior. (2017). *Mídias sociais e transparência: uma análise dos maiores municípios brasileiros*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Espírito Santo, ES, Brasil. Disponível: <http://repositorio.ufes.br/handle/10/6871>
- Roza, M. C., Machado, D. G., & Quintana, A. C. (2011). Análise bibliométrica da produção científica sobre contabilidade pública no Encontro de Administração Pública e Governança (ENAPG) e na *Revista de Administração Pública (RAP)*, no período 2004-2009. *Revista ConTexto*, 11(20), 59-72.
- Rowe, G., & Frewer, L. J. (2000). Public participation methods: A framework for evaluation. *Science, Technology and Human Values*, 25(1), 3-29. <https://doi.org/10.1177/016224390002500101>
- Sacramento, A. R. S., & Pinho, J. A. G. (2007). Transparência na administração pública: o que mudou depois da lei de responsabilidade fiscal: um estudo exploratório em seis municípios da região metropolitana de Salvador. *Revista de Contabilidade da UFBA*, 1(1).
- Sampieri, R. H., Collado, C. F. & Lucio, M. P. B. (2013). *Metodologia de pesquisa*. (5 ed.) Porto Alegre: Penso.
- Silva, R. L., Hoch, P. A. & Righi, L. M. (2013). Transparência pública e a atuação normativa do CNJ. *Revista Direito GV*, 9(2), 489-514. <https://doi.org/10.1590/S1808-24322013000200005>
- Slomski, V. (2005). *Controladoria e governança na gestão pública*. São Paulo: Atlas.

- Zuccolotto, R., Teixeira, M. A. C. & Riccio, E. L. (2015). Transparência: reposicionando o debate. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 12 (25), 137-158. : <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8069.2015v12n25p137>
- Zuccolotto, R., & Teixeira, M. A. C. (2015). Gestão Social, Democracia, Representação e Transparência: evidências nos estados brasileiros. *Revista de Ciências da Administração*, 17, Edição Especial, 79-90. <https://doi.org/10.5007/2175-8077.2015v17nespp79>
- Welch, E. W., Hinnant, C. C., & Moon, M. J. (2005). Linking Citizen Satisfaction with E-Government and Trust in Government. *Journal of Public Administration Research and Theory*, 15(3), 371 - 391. <https://doi.org/10.1093/jopart/mui021>

## APÊNDICE 1

<b>Autores</b>	<b>Título</b>	<b>Fonte</b>	<b>Ano de publicação</b>	<b>Base</b>
Prado, O.	Agências reguladoras e transparência: a disponibilização de informações pela Aneel	Revista de Administração Pública	2006	Scielo
Braga, S.; Nicolás, M.	Prosopografia a partir da web: avaliando e mensurando as fontes para o estudo das elites parlamentares brasileiras na internet	Revista de Sociologia e Política	2008	Capes
Mendes, R. C.; Oleiro, W. N.; Quintana, A. C.	A contribuição da contabilidade e auditoria governamental para uma melhor transparência na gestão pública em busca do combate contra a corrupção no Brasil	Sinergia: Revista do Instituto de Ciências Econômicas	2008	Capes
Lourenço, L. M. de F.; Lourenço, L. de F.	O controle, a informação e a educação como instrumentos de prevenção à corrupção	Revista Controle	2009	Capes
Lima, E. C. P.	Dez anos da Lei de Responsabilidade Fiscal: avanços e percalços	Revista Controle	2010	Capes
Bogoni, N. M.; Zonatto, V. C. S.; Ishikura, E. R.; Fernandes, F. C.	Proposta de um modelo de relatório de administração para o setor público baseado no Parecer de Orientação nº 15/87 da Comissão de Valores Mobiliários: um instrumento de governança corporativa para a administração pública	Revista de Administração Pública	2010	Capes
Slomski, V.; Camargo, G. B.; Amaral Filho, A. C. C.; Slomski, V. G.	A demonstração do resultado econômico e sistemas de custeamento como instrumentos de evidenciação do cumprimento do princípio constitucional da eficiência, produção de governança e accountability no setor público: uma aplicação na Procuradoria-Geral do Município de São Paulo	Revista de Administração Pública	2010	Capes
Batista, C. L.	As dimensões da informação pública: transparência, acesso e comunicação	Transinformação	2010	Scielo
Santos, S. R. T.; Alves, T. W.	O impacto da Lei de Responsabilidade Fiscal no desempenho financeiro e na execução orçamentária dos municípios no Rio Grande do Sul de 1997 a 2004	Revista de Administração Pública	2011	Capes
Reis Júnior, P. B.; Maia, L.	Transparência e visibilidade – premissas para o fortalecimento dos mecanismos de controle social	Revista Controle	2011	Capes
Araújo, L.; Souza, J. de	Aumentando a transparência do governo por meio da transformação de dados governamentais abertos em dados ligados	Revista Eletrônica de Sistemas de Informação	2011	Capes
Rocha, C. V.	Gestão pública municipal e participação democrática no Brasil	Revista de Sociologia e Política	2011	Scielo
Filgueiras, F.	Além da transparência: accountability	Lua Nova: Revista de Cultura e Políti-	2011	Scielo

	e política da publicidade	ca		
Cruz, C. F.; Ferreira, A. C. S.; Silva, L. M.; Macedo, M. A. S.	Transparência da gestão pública municipal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios brasileiros	Revista de Administração Pública	2012	Capes
Augustinho, S. M.; Lima, I. A.	A nova contabilidade pública brasileira como instrumento de transparência sobre as contas públicas	Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento	2012	Capes
Baptista, T. W. F.; Machado, C. V.; Lima, L. D.; Garcia, M.; Andrade, C. L. T.; Gerassi, C. D.	As emendas parlamentares no orçamento federal da saúde	Cadernos de Saúde Pública	2012	Scielo
Horochovski, R. R.; Clemente, A. J.	Democracia deliberativa e orçamento público: experiências de participação em Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife e Curitiba	Revista de Sociologia e Política	2012	Scielo
Ceneviva, R.; Farah, M. F. S.	Avaliação, informação e responsabilização no setor público	Revista de Administração Pública	2012	Scielo
Inamine, R.; Erdmann, R. H.; Marchi, J. J.	Análise do sistema eletrônico de compras do governo federal brasileiro sob a perspectiva da criação de valor público	Revista de Administração	2012	Scielo
Silva, S. P.	Dimensões estruturais da mídia pública no Brasil: análise comparativa de indicadores-chaves em organizações de radiodifusão	Ciberlegenda	2013	Capes
Queiroz, D. B.; Nobre, F. C.; Silva, W. V.; Araújo, A. O.	Transparência dos municípios do Rio Grande do Norte: avaliação da relação entre o nível de disclosure, tamanho e características socioeconômicas	Revista Evidenciação Contábil & Finanças	2013	Capes
Beuren, I. M.; Moura, G. D. de; Kloeppel, N. R.	Práticas de governança eletrônica e eficiência na utilização das receitas: uma análise nos estados brasileiros	Revista de Administração Pública	2013	Capes
Rocha, A. C.	A realização da accountability em pareceres prévios do Tribunal de Contas de Santa Catarina	Revista de Administração Pública	2013	Capes
Silveira, J. S. T.; Moreira, A. P.; Weyh, C. B.; Dalongaro, R. C.; Sampaio, P. H.	Proposição metodológica e aplicação de um índice municipal de accountability	Tourism & Management Studies	2013	Capes
Raupp, F. M.; Godoy, J. G. V.	Transparência das maiores organizações não governamentais mundiais por meio de portais eletrônicos	Revista de Contabilidade e Controladoria	2013	Capes
Moraes, M. A.; Oliveira, A. G.; Niwa, T. H.	Controle interno como instrumento de planejamento, organização e transparência na administração pública municipal: o caso do município de Guaréi/SP	Revista Controle	2013	Capes
Silva, C. A. G.; Cro-	A demonstração do resultado econô-	Revista de Contabi-	2013	Capes



zatti, J.	mico na gestão de políticas públicas: avaliação da aplicabilidade pelos auditores da Secretaria Municipal de Finanças da Prefeitura de São Paulo	lidade e Controladoria		
Almeida, G. T.	A Lei de Acesso à Informação como instrumento de controle social na gestão de medicamentos do setor público	Cadernos Ibero-americanos de Direito Sanitário	2013	Capes
Souza, J. A.; Oliveira, F. A.; Colares, A. C. V.	A auditoria operacional e contábil no controle e transparência da administração pública na percepção de auditores e gestores públicos	Revista Controle	2013	Capes
Viana, C. C.; Tamer, C. M. V. S.; Souza, W. A. R.; Lima, M. S.	Avaliação da aderência aos critérios internacionais de transparência para a divulgação e apresentação das contas públicas municipais	Revista Ambiente Contábil	2013	Capes
Campos, R.; Paiva, D.; Gomes, S.	Gestão da informação pública: um estudo sobre o Portal Transparência Goiás	Sociedade e Estado	2013	Capes
Martins, A. A.; Marques, H. R.	A contribuição da Lei de Responsabilidade Fiscal na gestão pública	Revista Controle	2013	Capes
França, R. D.; Antonino, M. S. L.; Almeida, K. K. N.; Echernacht, T. H. S.	Percepção dos auditores sobre o papel da auditoria governamental para transparência da gestão pública: um estudo no Tribunal de Contas da Paraíba	Revista Ambiente Contábil	2013	Capes
Souza, F. J. V.; Barros, C. C.; Araújo, F. R.; Silva, M. C.	Índice de transparência municipal: um estudo nos municípios mais populosos do Rio Grande do Norte	Revista de Gestão	2013	Capes
Britto, A. S.; Rodrigues, A.; Marques, J. A. V. C.	Divulgação nos relatórios dos bancos públicos brasileiros: análise das recomendações do Pilar 3 do Acordo de Basiléia 2	Revista de Administração Pública	2013	Capes
Gonçalves, R. S.; Hayakawa, R. I.; Gonçalves, A. O.; Serrano, A. L. M.	Conselhos de saúde e controle social: um estudo comparativo dos relatórios de prestação de contas das Secretarias Estaduais de Saúde	Saúde e Sociedade	2013	Scielo
Silva, R. L.; Hoch, P. A.; Righi, L. M.	Transparência pública e a atuação normativa do CNJ	Revista Direito GV	2013	Scielo
Franco, L. M. G.; Rezende, D. A.; Figueiredo, F. C.; Nascimento, C.	Nível de divulgação eletrônica da contabilidade pública dos municípios do Paraná no ambiente da internet	Revista de Ciências da Administração	2014	Capes
Oliveira, R. S.; Ramonelli, F. P.	O direito ao acesso a informação na construção da democracia participativa: uma análise da página do Conselho Nacional de Justiça no Facebook	Sequencia: estudos jurídicos e políticos	2014	Capes
Muniz Filho, J. C.; Pontes, R. B.	Aderência dos municípios cearenses à Lei da Transparência	Revista Controle	2014	Capes
Figueiredo, V. S.; Santos, W. J. L.	Transparência e participação social da gestão pública: análise crítica das	Revista de Contabilidade e Controla-	2014	Capes

	propostas apresentadas na 1ª Conferência Nacional sobre Transparência Pública	doria		
Vieira, J. S.; Pinheiro, F. M. G.; Lima Filho, R. N.; Moreira, R.C.	Práticas de transparência digital em municípios baianos: um estudo de caso	Revista de Administração de Roraima	2014	Capes
Zuccolotto, R.; Teixeira, M. A. C.	Gestão social, democracia, representação e transparência: evidências nos estados brasileiros	Ciências da Administração	2015	Capes
Carvalho, M. O.	Princípio da transparência no novo direito administrativo	Revista Controle	2015	Capes
Lopes, F. S.; Silva, M. V. D. C.; Silva, M. S.; Silva, F. C. C. da	Uma luz na escuridão: a evidenciação contábil sob a égide da Lei de Responsabilidade Fiscal	Revista Principia	2015	Capes
Zuccolotto, R.; Teixeira, M. A. C.; Riccio, E. L.	Transparência: reposicionando o debate	Revista Contemporânea de Contabilidade	2015	Capes
Rodrigues Júnior, M. S.; Salgueiro, V. A. G.	Transparência na gestão fiscal nos municípios do estado do Ceará	Revista Controle	2015	Capes
Oliveira, A. G. de; Pisa, B. J.	IGovP: índice de avaliação da governança pública - instrumento de planejamento do Estado e de controle social pelo cidadão	Revista de Administração Pública	2015	Scielo
Bairral, M. A. C.; Silva, A. H. C.; Alves, F. J. S.	Transparência no setor público: uma análise dos relatórios de gestão anuais de entidades públicas federais no ano de 2010	Revista de Administração Pública	2015	Scielo
Silva, N. G. da; Cunha, F. B.; Azevedo, M.; Moxotó, A. C. A.	Balço social no setor público: uma análise comparativa no governo do estado do Amazonas	Revista de Administração de Roraima	2016	Capes
Matheus, R., Rodrigues, D., Vaz, J. C., Jayo, M.	Análise do nível de abertura de dados governamentais de trânsito no Brasil	Revista Eletrônica de Sistemas de Informação	2016	Capes
Sousa, J.; Geraldese, E.	A Lei de Acesso à Informação no Brasil, Portugal e Espanha: uso da internet, transparência e cidadania	Razón y palabra	2016	Capes
Cavalcante, M. L. S. A	Ouvidorias públicas: conceito, papel, evolução e qualidade no controle social	Revista Controle	2016	Capes
Rosa, M. M.; Bernardo, F. D.; Vicente, E. F. R.; Petri, S. M.	A Lei de Acesso à Informação como instrumento de controle social: diagnóstico dos municípios do sul do Brasil à luz do artigo 8º da lei 12527/2011	Navus: Revista de Gestão e Tecnologia	2016	Capes
Morais, L. S.; Teixeira, M. G. C.	Interfaces da accountability na administração pública brasileira: análise de uma experiência da auditoria geral do estado do Rio de Janeiro	REAd. Revista Eletrônica de Administração	2016	Scielo
Braga, L.	Participação eletrônica e suas relações	Organizações &	2016	Scielo

V.; Gomes, R. C.	com governo eletrônico, efetividade governamental e accountability	Sociedade,		
Cruz, M. C. M. T.; Silva, T. A. B.; Spinelli, M. V.	O papel das controladorias locais no cumprimento da Lei de Acesso à Informação pelos municípios brasileiros	Cadernos EBAPE.BR	2016	Scielo
Gama, J. R.; Rodrigues, G. M.	Transparência e acesso à informação: um estudo da demanda por informações contábeis nas universidades federais brasileiras	Transinformação	2016	Scielo
Zaganelli, J.C.; Miranda, W.V.	Marco civil da internet e política pública de transparência: Uma análise da e-democracia e do compliance público	Revista Brasileira de Políticas Públicas	2017	Capes
Scherer, F. L.; Santos, M. B.; Bregolin, C. G.	O impacto da portaria MPS nº 440/2013 na transparência dos regimes próprios: um estudo de caso no Fundo de Previdência Municipal – FUNDOPREVI	Redes	2017	Capes
Pinheiro, F. M. G.; Pinho, J. A. G. de; Bruni, A. L.	Accountability em parcerias público-privadas: espaços para avanços em unidades hospitalares sob gestão direta e em regime de parceria	Organizações & Sociedade	2018	Scielo
Cruz, C. F.; Afonso, L. E.	Gestão fiscal e pilares da Lei de Responsabilidade Fiscal: evidências em grandes municípios	Revista de Administração Pública	2018	Scielo
Aquino, A. C. B.; Azevedo, R. R.	Restos a pagar e a perda da credibilidade orçamentária	Revista de Administração Pública	2018	Scielo